

As dimensões do cuidado no âmbito da economia feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres rurais no contexto da agricultura familiar

The dimensions of care in the context of the feminist economy: A look at the work of rural women in the context of family farming

Maira Ribeiro de Souza^{*}
Maria das Dores Saraiva de Loreto^{**}
Luciana de Fátima Eufrásio^{***}

Resumo: O estudo tem como objetivo refletir sobre as dimensões do cuidado realizado por mulheres rurais. Metodologicamente, tratou-se de um estudo qualitativo, através da revisão bibliográfica narrativa, tendo como aporte teórico a Economia Feminista. Deste modo, realizou-se uma análise crítica da produção acadêmica acerca do cuidado, objetivando dar visibilidade ao trabalho feminino na economia mercantil e não mercantil no contexto das famílias camponesas. Os resultados indicaram três categorias, que foram: a) o cuidado com as tarefas domésticas; b) o cuidado com as pessoas; c) o cuidado com a natureza e animais; que permitem colocar em destaque as estratégias mercantis e não mercantis da produção econômica de mulheres rurais. Foi possível perceber a participação ativa das mulheres tanto nas atividades produtivas quanto na realização do trabalho doméstico e atividades de cuidados, que vão além do aspecto econômico tradicional, traduzidas em estratégias de valorização de sua produção no âmbito da agricultura familiar. **Palavras-chave:** Gênero. Ruralidade. Economia feminista.

Abstract: The study aims at reflecting on the dimensions of care performed by rural women. Methodologically, it was a qualitative study, through narrative literature review, with Feminist Economics as a theoretical contribution. Thus, a critical analysis of the academic production about care was carried out, aiming at giving visibility to women's work in the mercantile and non-market economy in the context of peasant families. The results indicated

^{*} Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutoranda em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Graduada em Psicologia pela FAMINAS Centro Universitário. Professora do curso de Psicologia e Psicologia Educacional FAMINAS Centro Universitário, Campus Muriaé-MG. E-mail: mairarsouza57@gmail.com.

^{**} Doutora em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); Pós-doutora em Família e Meio Ambiente, University of Guelph, Canadá. Professora Titular do Departamento de Economia Doméstica da UFV. E-mail: mdora@ufv.br.

^{***} Mestra em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Bacharela em Direito pelo Centro Universitário de Viçosa – UNIVIÇOSA. E-mail: luciana.eufrasio@ufv.br.



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

three categories which were: a) care for household chores; b) care for people; c) care for nature and animals; allowing to highlight the Market and non-market strategies of the economic production of rural women. It was possible to perceive the active participation of women both in productive activities and in carrying out domestic work and care activities, which go beyond the traditional economic aspect translated into strategies for valuing their production, within the scope of family farming.

Keywords: Gender. Rurality. Feminist economy.

Recebido em: 07/10/2022. Aceito em: 18/04/2023

INTRODUÇÃO

A invisibilidade de parte do trabalho desenvolvido pelas mulheres é causada pela divisão sexual do trabalho, resultando em condições desiguais entre homens e mulheres no contexto familiar e social. Essa desigualdade é naturalizada e gera sobrecarga para o cotidiano das mulheres. Apesar das conquistas alcançadas nas últimas décadas, tanto no que se refere aos direitos políticos quanto ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho, as desigualdades de gênero¹ ainda estão presentes em diversas esferas da vida social, sendo a econômica talvez uma das mais visíveis delas (FERNANDEZ, 2018). Neste cenário, é importante lançar luz sobre as relações de interdependência que permeiam o trabalho invisível e aquelas modalidades de trabalhos remunerados que as mulheres desenvolvem, geralmente de forma eventual, para a construção de possibilidades de sua autonomia, bem como das unidades familiares a que pertencem (TELLES, 2018).

A partir deste contexto, o presente trabalho tem como temática a articulação entre família, gênero e ruralidade, buscando responder ao seguinte questionamento: Como o cuidado permeia a vivência de mulheres rurais no contexto das famílias camponesas ligadas à agricultura familiar?

Como objetivo geral, buscou-se refletir sobre as dimensões do cuidado, a partir da economia feminista, para dar visibilidade ao trabalho feminino e sua produção na economia mercantil e não mercantil no contexto das famílias camponesas, vinculadas à agricultura familiar. Especificamente, objetivou-se conceituar o cuidado para a economia feminista; refletir sobre as seguintes categorias de análise: cuidado com as tarefas domésticas, cuidado com pessoas, cuidado com a natureza e animais; e, por fim, apresentar algumas estratégias apontadas pela literatura científica que buscam valorizar a produção econômica mercantil e não mercantil das mulheres rurais no âmbito da agricultura familiar.

Tal temática possui relevância social e científica, uma vez que o cuidado é visto de forma naturalizada, como uma performance de gênero, que engendra lugares invisibilizados a serem

¹ O termo gênero é definido, conforme Feiber e Nelson (1993), como significado social atribuído às diferenças entre os sexos (homens e mulheres) e como estes traços, características, atitudes e comportamentos estruturam as relações sociais, na perspectiva histórica e cultural. Neste processo, discute-se como os elementos considerados tipicamente masculinos (razão, rigor e objetividade) subjagam os aspectos predominantemente tidos como femininos (emoção, flexibilidade e subjetividade), vistos como inferiores e ou marginais (FERNANDEZ, 2018, p.562).

ocupados pelas mulheres rurais na família contemporânea. A motivação para o estudo do referido tema deve-se à sua interface direta com a proposta de pesquisa de doutorado da primeira autora, ainda em fase de elaboração, a qual terá como foco a análise de um programa local voltado para mulheres rurais na Zona da Mata Mineira. Deste modo, considera-se que este estudo possa contribuir para o reconhecimento do trabalho das mulheres rurais, bem como para o debate científico com relação à investigação do lugar atribuído a elas, no contexto das práticas sociais. Ou seja, espera-se que, ao problematizar tal realidade, possam se estruturar novas relações e espaços a serem ocupados pelas mulheres agricultoras no cenário social.

O artigo está organizado em seis sessões, a saber: introdução, na qual são explicitados a apresentação da proposta do artigo, o problema do estudo, os objetivos, a relevância social e científica e a motivação para o estudo do referido tema. Em seguida, no tópico acerca da dimensão do cuidado, evidencia-se o lugar das mulheres no contexto das famílias camponesas. Na sessão de aporte teórico são expostos os principais pressupostos da economia feminista que subsidiam as discussões sobre o cuidado. Nos procedimentos metodológicos do estudo estão contemplados os elementos organizativos da revisão bibliográfica narrativa. Na sessão sobre categorias de análise são evidenciados o cuidado com as tarefas domésticas, cuidado com pessoas, cuidado com animais e a natureza, possibilitando visualizar as estratégias de valorização mercantis e não mercantis da produção econômica de mulheres na agricultura familiar. Por fim, são apresentadas as considerações finais, nas quais são retomados os principais elementos trabalhados ao longo do texto.

As principais conclusões do estudo apontam para a invisibilidade do trabalho feminino em atividades produtivas e reprodutivas. Com isso, as mulheres rurais, apesar de serem geradoras de renda na propriedade familiar e serem fundamentais para manutenção da vida e bem-estar de suas famílias não recebem o devido reconhecimento. Com isso, torna-se fundamental problematizar as hierarquias sociais, a fim de que novos lugares sejam forjados para as mulheres na família e em demais instâncias sociais.

AS DIMENSÕES DO CUIDADO

O campesinato é capaz de se adaptar às transformações sociais e econômicas e garantir a sua reprodução em diferentes contextos e processos históricos (MOURA, 1978). Segundo Chayanov (1974), é o trabalho da família que define o camponês, no momento em que o salário e o lucro se tornam ausentes. Neste sentido, o autor aborda que as necessidades da família sofrem variações, de acordo com o consumo e a capacidade da força de trabalho, considerando o próprio ciclo de vida, ou seja, haverá períodos em que existirão mais crianças do que adultos, outros em que as crianças contribuirão com a força de trabalho e, por fim, haverá idosos que não conseguirão exercer o trabalho e colaborar com a economia familiar, contando com a força de trabalho dos mais jovens para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Segundo Herrera (2016, p. 2010), no Brasil, “a expressão ‘agricultura familiar’ ganhou projeção nacional no final dos anos 1980 e, principalmente, a partir da primeira metade da década de 1990. O debate, inicialmente, concentrou-se no campo político e, posteriormente, acadêmico”. Oliveira, Vilaça e Correio (2020) ressaltam que o que diferencia a agricultura familiar de outras formas de produção rural é a interligação entre terra, trabalho e família.

Neste contexto, a participação das mulheres na agricultura familiar é um elemento presente nos territórios rurais brasileiros, trabalho que aponta para a acumulação de saberes e conhecimentos ancestrais repassados de geração a geração, articulados com novas experiências e saberes

vivenciados ao longo da história de vida de cada mulher. Tais elementos podem ser observados desde a seleção, o preparo de cada cultivo até os modos como as colheitas são realizadas, sendo comum a produção acontecer em seus próprios quintais e terreiros.

Neste sentido, encontra-se enraizada na cultura cotidiana das famílias camponesas a visão de que o espaço a ser ocupado pela mulher rural é o ambiente doméstico. Mesmo que tenha ocorrido uma emancipação econômica, observa-se uma reprodução dos papéis sociais e de gênero, em que lhe são atribuídas as funções domésticas e de cuidado com os filhos. Para a mulher agricultora, essa condição é muito marcante, pois o trabalho que ela desenvolve dentro de casa, na horta e no campo fica atribuído às suas funções domésticas e de *care* (OLIVEIRA; VILAÇA; CORREIO, 2020). Segundo Hirata (2010, p.43), “[...] o termo *care* é dificilmente traduzível, porque é polissêmico. Cuidado, solicitude, preocupação com o outro, estar atento a suas necessidades, todos esses diferentes significados estão presentes na definição do ‘*care*’”. Conforme a referida autora,

A relação entre o *care work* remunerado e o *care* não remunerado (aquele dos membros da família) também deve ser melhor apreendida, pois a fronteira entre ambos é por vezes bastante tênue. O amor, o afeto e as emoções não parecem ser do domínio exclusivo das famílias, assim como o cuidado, o fazer e a técnica não parecem ser do domínio exclusivo das “cuidadoras”, das “acompanhantes”, das “auxiliares” remuneradas (HIRATA, 2010, p. 44).

A autora ainda destaca que o *care* deveria ser dissociado de idade e de gênero, ou seja, deveria ser pensado como atividades compartilhadas que dizem respeito a homens e mulheres, uma vez que toda sociedade precisa de *care*. Assim, é necessário romper a visão de que esse tema interessa “apenas às pessoas que cuidam de familiares em casa e às que têm o cuidado como ofício e são remuneradas para cuidarem. O *care* deveria atingir todas as pessoas da sociedade” (HIRATA, 2010, p. 45).

No contexto rural, observa-se que, em todas as atividades cotidianas, o cuidado ou *care* está presente. A partir disso, tem-se em vista que “os trabalhos domésticos e de ‘*care*’ geralmente se sobrepõem, pois o ‘*care*’ é considerado como um componente do trabalho reprodutivo, que não equivale ao trabalho doméstico, mas é, geralmente, executado junto com as atividades domésticas” (HERRERA, 2016, p. 227), sendo, portanto, invisibilizado.

O feminismo vem ao longo dos anos denunciando a invisibilidade e o silenciamento das desigualdades de gênero no contexto doméstico e familiar articulados a outras esferas da vida, aspectos que geram dependência e vulnerabilidades para grupos minoritários, entre eles as mulheres, especialmente no contexto da sociedade capitalista em que a norma simbólica ainda é a família heterossexual, monogâmica e patriarcal (BIROLI, 2014). Assim, o modelo familiar patriarcal centrado na figura do homem não é algo incomum, repercutindo também na esfera rural, onde as mulheres são tidas como apoiadoras e aquelas que desempenham um papel complementar ao lado do homem, não sendo vistas com equidade de direitos.

Apesar de desempenharem um importante papel produtivo na economia mundial, muitas mulheres rurais são atingidas por atitudes de discriminação sociocultural, reconhecendo-se a tensão social vivenciada por elas (COTULA, 2007). Em contrapartida, a atuação feminina no campo remete ao abastecimento familiar, principalmente, quando a mulher passa a ser quem produz a renda.

APORTE TEÓRICO: A ECONOMIA FEMINISTA

A fim de avançar no reconhecimento e valorização das mulheres rurais e seu trabalho produtivo, no contexto das famílias camponesas vinculadas à agricultura familiar se faz necessário pensar a economia através de aportes teóricos, os quais permitem evidenciar a complexidade que permeia a vida econômica dessas mulheres. Ademais, mostra-se importante observar as relações sociais estabelecidas no exercício de suas atividades econômicas, assim como atentar-se aos valores que as condicionam e, ao mesmo tempo, resultam destas ações desenvolvidas por elas (TELLES, 2018).

Para embasar teoricamente a análise impetrada neste trabalho, foi utilizada a perspectiva da Economia Feminista, por tecer críticas ao comportamento androcêntrico, politizando o âmbito doméstico-familiar e dando visibilidade às mulheres rurais. A partir desta perspectiva, compreende-se “o trabalho feminino para além do aspecto puramente econômico, mas considerando as atividades de cuidado, afeto e reprodução e o impacto disto para a sociedade” (SIMON, 2020, p. 3).

Fernandez (2018) ressalta que o denominador comum da Economia Feminista, como um todo, consiste na introdução do gênero como categoria analítica da economia, o que a diferencia da economia tradicional ou ortodoxa, que se foca no *homo economicus*, agente econômico racional, que busca maximizar a utilidade esperada. Na visão da autora, o homem econômico seria o protótipo de indivíduo do gênero masculino, que não necessita se preocupar com as relações familiares, cuidados da casa, filhos, idosos, enfermos, buscando seu próprio interesse e baseando-se em valores androcêntricos, como autonomia, separação e abstração, em contraposição aos valores essencialmente femininos, como a interdependência, a conexão e a concretude. Neste contexto, a Economia Feminista reivindica uma abordagem multidisciplinar para a economia, sendo as interpretações econômicas enriquecidas pelos aportes técnicos, metodológicos de outras disciplinas, como a sociologia, antropologia, psicologia social, ciência política e a história (FERNANDEZ, 2018).

Neste caso, sob o prisma da Economia Feminista, passou a se discutir tanto o trabalho visível quanto o trabalho invisível, o pago e o não pago, o público e o privado, considerando suas condições e interferências recíprocas, além das relações assimétricas de poder sustentadas por instituições e práticas sociais, tanto na esfera produtiva quanto reprodutiva. À luz dessa teoria, discutem-se as relações de dominação no âmbito da economia, incorporando-se, por meio de estudos de gênero, os diferentes tipos de discriminação e segregação no mercado de trabalho depreciativos do gênero feminino, que vem sendo subjugado e marginalizado pela sociedade patriarcal, machista e capitalista. Além disso, observa-se ainda o debate sobre o trabalho doméstico e o trabalho de cuidados (*caring labour*), examinando de forma crítica a divisão sexual do trabalho entre homem/marido e mulher/esposa, assim como as diferenças salariais entre os trabalhadores de ambos os gêneros, tendo como repercussão a segregação ocupacional por gênero, a qual provoca efeitos diferenciados sobre homens e mulheres.

Neste contexto, foram utilizadas contribuições de Amaia Péres Orozco (2006) e Alicia Puleo (2008; 2012). Conforme Orozco (2006), tradicionalmente as atividades de cuidado têm sido atividades impostas historicamente às mulheres, ou seja, estas têm sido socializadas ao longo da história para colocar o bem-estar dos outros membros da família à frente, especialmente no que diz respeito ao cuidado com crianças, pessoas com deficiência e idosos, bem como à realização de tarefas domésticas e, no caso das mulheres rurais, o cuidado com a natureza e animais. Assim, esse tem sido um elemento discutido pela Economia Feminista como uma realidade que precisa

ser questionada a fim de propiciar a construção do trabalho reprodutivo como responsabilidade coletiva no contexto doméstico.

O cuidado, enquanto responsabilidade, é atribuído na sociedade a partir da circunscrição da posição social do indivíduo e em seus relacionamentos. Dessa maneira, a partir de papéis tradicionais de gênero, as mulheres aprendem desde pequenas a se colocar a serviço do outro, priorizando as demandas de outrem em detrimento das suas. Portanto, observa-se que o cuidado está diretamente ligado às normas sociais e identidades (OROZCO, 2006).

Alicia Puleo (2008), por sua vez, parte de uma proposta não essencialista e crítica, adequada para pensar processos de autonomia das mulheres articulados com questões ambientais e da vida no campo. Sua perspectiva teórica, chamada de Ecofeminismo Ilustrado, traz questionamentos importantes quanto aos papéis tradicionais de gênero, demonstrando a necessidade da adoção de um olhar crítico acerca de costumes fundamentados em preconceitos patriarcais, mesmo aqueles vinculados a uma perspectiva ecologicamente adequada. Nesta direção, representa uma abordagem adequada para compreender a realidade das mulheres rurais e seu reconhecimento como sujeitos ativos, visando identificar as possibilidades de busca pela autonomia através de lutas feministas articuladas às questões ecológicas pela via da ética do cuidado, compreendida como uma condição a ser assumida por homens e mulheres (PULEO, 2012).

Observa-se a incorporação maciça de certas características ao longo do século XX, no que se refere à vinculação de uma ética funcional que associe a esfera pública como uma esfera a ser ocupada pelos homens. Neste contexto, os comportamentos e habilidades masculinas são apresentados de forma neutra, como atributos eminentemente humanos, o que contribuiu para a conquista de um status superior aos homens, sendo negado às mulheres injustamente (PULEO, 2012).

No que tange às características tidas como femininas, encontra-se o fenômeno inverso, tendo ocorrido ao longo da história uma desvalorização de atitudes e habilidades associadas às mulheres. A partir desta perspectiva, as mesmas são consideradas como experientes em sua execução, fazendo com que estas atividades sejam concebidas como particulares diante das características universais masculinas, o que bloqueia a transformação da assimetria dos papéis de gênero, atuando na manutenção das desigualdades entre homens e mulheres (PULEO, 2012).

Com isso, o feminismo e o ambientalismo revelam que a esfera pública, tradicionalmente entendida como um espaço de liberdade, alimenta-se (literal e metaforicamente) da vida doméstica. Nesta área da vida cotidiana, observa-se que virtudes e obrigações morais estão relacionadas à sustentabilidade (PULEO, 2012).

Tendo em vista a relevância das mulheres rurais para a reprodução social de suas famílias e da própria agricultura familiar no Brasil, é primordial, como reporta Herrera (2016), compreender as atividades desenvolvidas por elas. Para tanto, faz-se importante a adoção de uma lente analítica que visibilize o seu papel como trabalhadora rural, considerando as atividades produtivas e não produtivas na agricultura.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo teve como delineamento metodológico a pesquisa qualitativa através da revisão bibliográfica narrativa. Conforme Rother (2007, s/p) “os artigos de revisão narrativa são publicações amplas apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o ‘estado da arte’ de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou conceitual”.

Porém, a revisão narrativa é limitada, uma vez que sua força de evidência científica é baixa, tendo em vista a impossibilidade de reprodução de sua metodologia. Apesar disso, ela pode colaborar para a educação continuada de profissionais já que, ao debater sobre determinadas temáticas, contribui levantando questões úteis na aquisição e atualização do conhecimento em um curto espaço de tempo (ROTHER, 2007).

Os materiais foram coletados de forma não sistemática de setembro a outubro de 2021, sendo pesquisadas bases de dados científicos, tais como: Google Acadêmico, Scielo, Lilacs, *Web Of Science* e Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, bem como livros sobre a temática. Não foi delimitado período de publicação, com o objetivo de abarcar um período maior de produções. Os estudos selecionados para a análise foram artigos científicos, capítulos de livros e dissertações.

Os dados foram interpretados a partir da análise de conteúdo, conforme Bardin (2004), cuja proposta é dividida nas seguintes etapas: a) pré-análise, na qual foi definido o corpus de análise, através do levantamento da produção científica em bases de dados nacionais e internacionais; análise de resumos dos artigos, livros, dissertações e teses; e seleção dos textos relacionados ao objetivo do estudo; b) exploração do material ou codificação, no qual, a partir da leitura dos trabalhos selecionados, foram definidas três categorias de análise: cuidado com tarefas domésticas; cuidado com pessoas; cuidado com animais e natureza; c) tratamento dos resultados, no qual foi feita a articulação dos resultados evidenciados nos estudos, relacionados às categorias de análise, enfatizando a relação entre dimensões do cuidado e mulheres rurais.

Como aporte teórico utilizou-se a Economia Feminista, a partir de autoras como Alicia Puleo (2008; 2012) e Amaia Péres Orozco (2006). A primeira buscou em suas reflexões problematizar as oposições entre trabalho produtivo e reprodutivo (PULEO, 2008; 2012). Para ela, a desconstrução desta divisão contribui para a valorização de aportes das mulheres no que se refere a conservação da biodiversidade, articulada à visão sistêmica acerca de suas demandas, partindo de uma perspectiva que considera a dimensão da ética do cuidado. Orozco (2006), por sua vez, desenvolve uma articulação entre as contribuições do Ecofeminismo com a Teoria do Ecologismo Social para refletir sobre o trabalho reprodutivo como responsabilidade coletiva a ser compartilhada entre homens e mulheres (WEITZMAN; BUTTO, 2021).

CATEGORIAS DE ANÁLISE: DIMENSÕES DO CUIDADO

A presença da desigualdade de gênero no meio rural relaciona-se à naturalização dos papéis sociais atribuídos ao homem e a mulher, vinculando-se, diretamente, à manutenção de relação hierárquica dentro das famílias rurais, ancorada materialmente na divisão sexual do trabalho. Hirata e Kergoat (2007, p. 596) apontam que, para além da constatação da presença das desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho e sua associação com a divisão sexual do trabalho doméstico, é necessário “articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e, portanto, os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero”. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho está “condicionada socialmente através de vivências, símbolos e representações, e se reproduz no cotidiano da dinâmica familiar” (HERRERA, 2016, p. 208). Nesse sentido, Tedeschi (2013, p.446) considera que:

a responsabilidade sobre o sustento da casa, o consumo familiar, pertenciam ao pequeno agricultor, na qualidade de pai de família, sendo ele o responsável

pela produção na roça. Sob esta ótica, os filhos e a esposa, mesmo desempenhando as mesmas atividades, passaram a prestar-lhe apenas uma “ajuda”.

Deste modo, as mulheres agricultoras desempenham um papel fundamental para subsidiar a manutenção e a reprodução social da agricultura familiar, já que as atividades cotidianas desenvolvidas por elas estão vinculadas integralmente a suas famílias e seus estabelecimentos agrícolas. Observa-se, dessa maneira, a articulação da domesticidade como lugar feminino, naturalizando as atividades de cuidado com a casa, a família, a natureza e animais como tarefas essencialmente femininas (HERRERA, 2016).

Para dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas mulheres rurais deve-se abarcar um conjunto de tarefas que se articulam e se desdobram em estratégias para a produção e reprodução das famílias. Com isso, é possível observar uma densa vida econômica das mulheres rurais, desconsiderada pelas lentes analíticas hegemônicas (TELLES, 2018).

Nessa direção, procurou-se focar em três categorias analíticas, sendo elas: o cuidado com as tarefas domésticas; o cuidado com as pessoas; o cuidado com a natureza e os animais. Estas foram elencadas a partir dos estudos sobre a economia do cuidado no meio rural, enfatizando as interpelações que tais tarefas trazem para a economia familiar de famílias camponesas, sob a perspectiva de gênero.

O cuidado com as tarefas domésticas

O trabalho doméstico se constitui como uma estratégia de reprodução social que está direcionada à reprodução biológica e a produção de bem-estar e de manutenção das famílias que vivem tanto no meio urbano quanto rural (HERRERA, 2016). Desenvolvida primordialmente pelas mulheres, essas atividades sofreram uma invisibilização histórica, sendo consideradas atividades subalternas e, por isso, desvalorizadas socialmente (SILVA; LORETO; BIFANO, 2017), além de não serem reconhecidas como estratégias primordiais para a manutenção e reprodução social (HERRERA, 2016).

O trabalho doméstico é atribuído às mulheres como uma competência natural pela economia capitalista, sendo elas, historicamente, responsabilizadas pelo cuidado do lar. Segundo Perrot (1988), existe uma antiga definição entre homens e mulheres de suas respectivas funções, espaços e atividades, quais sejam: à mulher foram destinados o lar e o cuidado, e ao homem foi atrelada a tarefa de ser o provedor da família e da casa, por meio do trabalho produtivo, além de participar da vida política (CLEPS; MARQUES; VASCONCELOS, 2020).

Neste contexto, existe como produção discursiva uma cisão entre as esferas privada e pública, sendo a segunda vista como superior ao ser organizada pela lógica androcêntrica. Observa-se uma apropriação do trabalho feminino pela economia capitalista, que contribui para o acirramento da divisão sexual do trabalho, uma vez que as atividades de cuidado, associadas à esfera da reprodução configuram-se como elemento primordial para a sobrevivência da relação social entre homens e mulheres. Deste modo, observa-se, neste contexto, a separação das tarefas femininas e masculinas e uma hierarquização das mesmas. Assim, as atividades de cuidado são vinculadas às mulheres de forma naturalizada, vistas como uma característica biológica e não como uma construção histórica e social, enquanto para os homens ocorre a designação de tarefas ligadas à esfera produtiva, cujas funções possuem status e valorização social maiores (HIRATA; KERGOAT 2007).

À vista disso, com a segregação trabalhista, as mulheres, ao alcançarem emancipação parcial, precisaram conciliar habilidades e administração do tempo, que culminou com o aumento da sobrecarga de trabalho em decorrência da multiplicidade de tarefas assumidas, tais como de trabalhadora, esposa, dona de casa e mãe (CLEPS; MARQUES; VASCONCELOS, 2020). A manutenção da responsabilidade feminina por tarefas domésticas como limpeza da casa, preparo das refeições, lavagem das roupas, entre outras, e seu acúmulo com outras atividades, como o campesinato, por exemplo, corrobora para dificultar a conquista pela autonomia e igualdade, visto que os homens são tidos como privilegiados, por não dividirem tanto as tarefas domésticas com as mulheres, que, na maioria das vezes, desempenham dupla função, com a acumulação de tarefas (ZANELLO, 2018). É válido ressaltar que em famílias com filhas residindo na propriedade rural é comum estas auxiliarem na realização de tais tarefas, além do cuidado dos irmãos mais novos, podendo prejudicar o desenvolvimento de suas atividades escolares (HERRERA, 2016; ZANELLO, 2018).

Hirata e Kergoat (2007) comentam acerca da divisão sexual do trabalho, problematizando que as mulheres de classe média, para dar conta das demandas do trabalho extradoméstico, têm deixado de conciliar o trabalho doméstico e trabalho formal, delegando as atividades caseiras a outras mulheres. Neste contexto, chamam atenção ao atravessamento dos marcadores sociais de classe, gênero e raça/etnia, uma vez que o serviço doméstico, geralmente, é feito por mulheres negras e pobres, que ocupam essa função e, em geral, possuem baixa remuneração e trabalham em situações precárias.

Neste contexto, Okin (2016, p. 12) acrescenta que, além de existir a separação entre trabalho feminino e masculino e a hierarquia de que o trabalho dos homens tem um valor maior do que o das mulheres, “existe também uma hierarquia entre as próprias mulheres, ou seja, o gênero interseccionado com outros marcadores pode afetar diferentes subgrupos de mulheres em diferentes graus de diferentes maneiras”.

Seguindo a análise interseccional², as mulheres negras e nordestinas têm sido responsáveis pelos cuidados com atividades domésticas de pessoas brancas, a partir da terceirização do serviço, realizado sem possibilidade de reciprocidade, pois não recebem cuidados de outros, trabalhando especialmente no cuidado que aqueles que podem pagar pelo serviço terceirizam. Elas são as principais responsáveis pelas atividades domésticas de limpeza, cozinha e babá nas famílias de classe média e branca, tanto no contexto urbano quanto rural (ZANELLO, 2018).

Por outro lado, no campo, o modelo da delegação³ é observado, principalmente, através da ajuda de filhas, sogras e vizinhas, ou seja, geralmente não se recorre ao “modelo de delegação” por meio de pagamento (HERRERA, 2016). Com isso, observa-se que a solidariedade e os laços familiares e comunitários são essenciais para que seja possível ocupar as funções de trabalhar e maternar (ZANELLO, 2018).

² A interseccionalidade é entendida aqui neste trabalho como uma ferramenta teórico-metodológica proposta a partir de teóricas feministas que, apesar de adotarem diversas concepções, têm como ponto em comum pensar as desigualdades de gênero, raça/etnia, território, sexualidade, entre outros marcadores sociais, como eixos articulados de poder que forjam lógicas de opressão e subordinação e produzem processos de vulnerabilização de determinados grupos sociais, sustentando hierarquias sociais (MAYORGA; PINTO, 2013).

³ Conforme Hirata e Kergoat (2007), o modelo de delegação ocorre quando uma mulher delega a outro, normalmente outras mulheres, as tarefas domésticas e familiares, seja através de vínculos de afeto e solidariedade ou através da contratação formal.

O cuidado com as pessoas

Historicamente, observa-se que ocorreu uma cisão entre as esferas pública e privada, sendo que as atividades decorrentes da vida doméstica, especialmente as atividades de cuidado, foram tradicionalmente impostas às mulheres, ou seja, elas têm sido socializadas ao longo da história para colocar o bem-estar dos outros em detrimento de suas necessidades, resultando em desigualdades no uso do tempo e acesso a recursos diversos, como renda, tempo livre, qualificação profissional, entre outros. Por isso, desnaturalizar essa forma de organização familiar é fundamental para que novas formas de vida e estabelecimento de laços sejam possíveis, sem serem consideradas como desviantes e, por isso, alvo de punições (BIROLI, 2014).

Especificamente sobre as atividades de *care*, os cuidados realizados pelas mulheres são, principalmente, destinados a crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas doentes; porém, também são beneficiados os homens adultos, sejam eles filhos mais velhos ou marido. Nesse contexto, cabe às mulheres garantir a estabilidade física e emocional da família, sendo estas encarregadas de desenvolver todas as atividades relacionadas ao bem-estar de seus membros. Importante destacar que essas atividades “não têm substituto no mercado e, mesmo que tivessem, não contemplariam o bem-estar, a qualidade de vida, o afeto, as relações, etc.”. Algumas podem ser substituídas apenas pelo Estado, quando este absorve as atividades ligadas ao bem-estar (HERRERA, 2016, p. 219). A questão dos cuidados com a família vem conquistando um espaço importante na agenda social e política de alguns países, com o intuito de combater as desigualdades de gênero nas relações familiares (MOURA, 1978).

Contudo, vigora tradicionalmente a concepção de que essas responsabilidades devem ser resolvidas dentro do próprio âmbito familiar. Assim, os cuidados proporcionados informalmente pelas famílias trazem diversas implicações para a autonomia e independência das mulheres, levando-se em consideração que elas são as protagonistas neste contexto. Desse modo, enquanto os homens podem desenvolver plenamente as atividades laborais, as mulheres enfrentam dificuldades na participação laborativa, já que estão se dedicando a estes cuidados vistos como “não produtivos” (MOURA, 1978).

De acordo com Telles (2018, p.91), de modo geral, são as mulheres rurais que ficam como as responsáveis, por exemplo, por acompanhar os estudos dos filhos, envolvendo-se desde a participação em reuniões na escola até a definição e controle de horários para que as crianças estejam preparadas para irem à aula, ao mesmo tempo em que se preocupam com o trabalho na produção agrícola. Do mesmo modo, o cuidado com a saúde da família também fica sob sua responsabilidade, uma vez que ficam incumbidas de prepararem “o remédio ‘do mato’ para os filhos e maridos quando estes adoecem, ou que levam e acompanham os familiares no serviço público de saúde”.

No acompanhamento de pessoas doentes, destacam-se idas ao hospital para procedimentos cirúrgicos, internações ou consultas médicas, bem como administração de medicamentos e outros cuidados com limpeza e higiene pessoal e troca de curativos, por exemplo. São as mulheres também as principais pessoas que atuam como acompanhantes de seus familiares, sendo expostas a dificuldades, como prover sua alimentação e estadia. Outras atividades comuns consistem na destinação de recursos para custeio com a compra de remédios ou para a realização de exames. Assim, observa-se que:

“a divisão sexual do trabalho se materializa na responsabilização das mulheres pelos trabalhos de cuidados e, diante disso, são elas que ficam mais tempo nas

filas dos hospitais e de outros serviços públicos, sem qualquer política de proteção social do Estado” (TELLES, 2018, p.93).

A participação das mulheres no trabalho de cuidado exige que se reconsidere a organização do trabalho entre homens e mulheres. Isto se impõe a fim de que haja uma conciliação entre família e trabalho sem prejuízo para as mulheres e aqueles que necessitam de cuidados (PERROT, 1988).

Deste modo, as mulheres são afetadas diretamente pela naturalização dessas tarefas, tanto pela sociedade quanto pelo Estado, invisibilizando o volume de trabalho realizado por elas para o cuidado com as pessoas. Por fim, ressalta-se “a articulação entre o capitalismo e o patriarcado, conforme afirmam as economistas feministas, que aprofunda as desigualdades de gênero ao se apropriarem do trabalho das mulheres para a reprodução desse sistema excludente e desigual” (TELLES, 2018, p. 94).

O cuidado, no caso das mulheres que têm filhos com deficiência, faz com que elas abdicuem de outras funções sociais, como o trabalho extra doméstico, para se dedicarem exclusivamente aos seus filhos, que necessitam de cuidados básicos e acompanhamento em decorrência de sua condição. A mulher é quem na maioria das vezes assume este compromisso de cuidar deste filho com deficiência, já que a sociedade tarda em assumir o atendimento da pessoa com deficiência como um direito social (SILVA *et al.*, 2021).

No mesmo sentido, os cuidados desempenhados por mulheres à pessoa idosa dependente são revestidos de doação, dedicação e compaixão desinteressada por aqueles que representam um papel muito importante em suas vidas. Entretanto, esse cuidado também implica em sobrecargas, perdas profissionais e financeiras. Desse modo, considera-se que o Estado deveria regularizar a profissão de cuidadora, garantindo os direitos da mulher que se disponibiliza ao cuidado, bem como oferecer uma capacitação adequada para cuidadores formais e informais, visando um tratamento específico e responsável, além de terem acesso a benefícios financeiros suficientes para arcar com as despesas domésticas e familiares, para que seja possível promover a autonomia feminina (ZUZARTE, 2019). O cuidado com idosos tem chamado o interesse de pesquisadores sociais, tendo em vista o aumento da longevidade da população em todas as regiões do mundo (HIRATA, 2010).

Apesar da responsabilidade pelas atividades de *care* dos filhos, do marido, dos idosos e doentes, observa-se que ninguém se encarrega dos cuidados das mulheres. Herrera (2016, p. 228), em sua pesquisa com agricultoras, apontou diversos relatos de suas interlocutoras, que evidenciaram a vivência de problemas de saúde, tais como dores nas costas, problemas no joelho, artrite e tendinite, sendo que muitas destas doenças estavam diretamente associadas ao cotidiano na agricultura. “Porém, elas mesmas se encarregam de seus cuidados, realizando tratamento médico ou evitando certos movimentos que lhes prejudiquem a saúde. Tudo isso, sem deixar de dar conta de seu serviço para não prejudicar os demais familiares”. Assim, observa-se que o lugar da mulher rural na família é ancorado nas representações sobre a maternidade e a domesticidade, uma vez que a estrutura familiar camponesa brasileira se baseia na “figura da mãe protetora, acolhedora, dócil, que está sempre pronta para o refúgio dos filhos, reproduzindo a figura feminina criada pela moral católica” (TEDESCHI, 2013, p. 444).

O cuidado com a natureza e os animais

As mulheres desempenham um papel fundamental para a manutenção e reprodução da agricultura familiar, apesar de enfrentarem desigualdades diante dos homens. As atividades

cotidianas desenvolvidas pelas agricultoras são primordiais “para a subsistência biológica e socioeconômica das famílias, para o bem-estar, para a segurança alimentar e a preservação do meio ambiente” (HERRERA, 2016, p. 211).

Nesta mesma direção, Puleo (2008) destacou que vigora socialmente uma visão que associa a mulher rural à natureza como salvadora do planeta e seus habitantes, por possuir determinadas características concebidas como naturais e intrínsecas, tais como sensibilidade e empatia. Com isso, tornam-se guardiãs da natureza, sendo responsáveis por desenvolverem atividades ligadas à preservação da natureza e em favor da segurança alimentar e nutricional de sua família e comunidade.

No contexto rural, observa-se que muitas atividades produtivas realizadas pelas mulheres são traduzidas como tarefas domésticas. Sejam elas realizadas em casa, tais como a fabricação de queijo, bolos, pães, massas ou biscoitos; ou no entorno da casa, como o cuidado com animais de pequeno e médio porte (galinhas, porcos, peixes, ovelhas), além do cuidado com a horta, recolhimento de ovos e lenhas, alimentação e ordenha das vacas, dentre outras atividades. Muitas dessas produções são voltadas ao autoconsumo, sendo comum que o excedente seja comercializado em feiras, por exemplo. Inclui-se também o cuidado com jardins, pomares e pequenas plantações na lavoura. Porém, apesar disso, permanecem invisibilizadas e desvalorizadas (OLIVEIRA; VILAÇA; CORREIO, 2020; HERRERA, 2016).

Nota-se que, apesar de participar das atividades produtivas na propriedade familiar, as mulheres, muitas vezes, não participam da tomada de decisão, sendo suas atividades traduzidas como “ajuda” a seus maridos (TEDESCHI, 2013). Com isso, são eles que possuem o poder quanto à destinação e alocação de recursos, tais como “a escolha da atividade produtiva principal do estabelecimento, das estratégias de comercialização ou, ainda, sobre as decisões de investimentos” (HERRERA, 2016, p. 222). Assim, observa-se a participação das mulheres em atividades internas à propriedade, como “ordenhar as vacas, limpar a estrebaria, preparar a silagem, alimentar as vacas, etc.”; enquanto os homens ficam responsáveis por realizar as atividades externas à propriedade, como “negociar a venda da produção, comprar insumos, contatar técnicos, participar em reuniões e cursos, entre outras” (HERRERA, 2016, p. 221).

Para Cardoso (2002, p.20), sob o ponto de vista econômico, o trabalho no campo é primordial para a estruturação familiar por quatro motivos:

- 1) acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; 2) trabalho predominantemente familiar; 3) economia fundamentalmente de subsistência, sem excluir por isto a vinculação eventual ou puramente com o mercado; 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões essenciais sobre o que plantar, e de que maneira, como dispor do excedente.

Neste contexto, Tedeschi (2013) destacou que, para a mulher rural, vigorou o “referencial dona de casa” nos grupos domésticos, encontrando-se articulada a um espaço (roçado) e uma casa, em que os componentes da família estavam unidos à sua posição, em relação aos papéis sociais atribuídos a cada gênero. Com isso, a partir de um viés da naturalização das relações de gênero, a mulher era interpelada pelo dispositivo da maternidade (ZANELLO, 2018), baseada nos princípios de cuidar e nutrir, o que acaba por ampliar a relação existente entre a mulher e a natureza, ao passo que cultivam as plantas para delas se valerem quando necessário. Pode-se utilizar, como exemplo, mulheres que se beneficiam de ervas para chás e benzimentos, em especial aquelas que vivem no campo (OLIVEIRA; FINELLI, 2014).

Portanto, “a mulher rural não tem somente trabalhado para a família, mas também na família. Esse trabalhar ‘na família’ teve consequências muito importantes para as mulheres” (TEDESCHI, 2013, p. 447). A falta de reconhecimento das múltiplas jornadas do trabalho das mulheres na roça se evidenciou ao longo da história por meio de representações sociais que sustentam esse discurso como legítimo, sendo, muitas vezes, interiorizado e incorporado pelas mulheres de forma sutil, através do “consentimento”, que permite o estabelecimento de uma cumplicidade com o poder masculino (TEDESCHI, 2013). Outro aspecto importante está no fato de que a defesa da natureza e do desenvolvimento de uma vida sustentável pode representar um meio que muitas mulheres encontram para melhorar as condições de vida e de seus familiares, além de mostrar sua capacidade e competência para obter lideranças e conquistas. Por isso, há de se considerar o sentido e os significados que perpassam as práticas sociais (ALENCAR; PEDRO, 2021).

Quanto ao cuidado com os animais, são as mulheres que, geralmente, assumem a preocupação com o abrigo, alimentação e administração de medicamentos, sendo estes considerados elementos estruturais. Embora cuidar dos animais seja uma obrigação humana, a proteção e o cuidado têm impacto sobre as mulheres que, na maioria das vezes, são vistas de forma naturalizada como afetuosas, atrelando-se também à visão biologicista por sua função materna (ZUZARTE, 2021).

Neste seguimento, além do cuidado com os animais ligados à produção, são as mulheres que cuidam dos animais de estimação, bem como aqueles que se encontram desamparados nas estradas. Assim, é comum que as mulheres tomem para si a responsabilidade de resgatar, alimentar e cuidar desses animais, sem remuneração e despendendo o seu tempo para atuar nessa tarefa, que torna a situação econômica das mulheres ainda mais fragilizada (CURTIN, 1991).

Estratégias de valorização mercantis e não mercantis da produção econômica de mulheres na agricultura familiar

No contexto da agricultura familiar é primordial conhecer e valorizar o papel da mulher em sua reprodução. Faz-se importante pensar os fatores que influenciam sua permanência ou não no campo, a relação que as mulheres estabelecem para manutenção da agricultura familiar, bem como estratégias de enfrentamento que propiciem a melhoria da sua condição socioeconômica e incentivos à sua permanência neste contexto (SPANEVELLO *et al.*, 2019). Neste sentido, dentre as estratégias evidenciadas na literatura científica, Telles (2018) destacou a utilização das Cadernetas Agroecológicas como uma ferramenta que possibilita a valorização da contribuição mercantil e não mercantil das mulheres rurais no contexto da agricultura familiar, evidenciando os seus desdobramentos para a economia familiar.

As Cadernetas Agroecológicas são uma estratégia que torna visível a produção realizada pelas mulheres rurais nos quintais produtivos, possibilitando a visualização do trabalho produtivo não (ou pouco) remunerado, direcionado para o autoconsumo da família, bem como utilizado em relações de troca, doação e venda. Deste modo, as Cadernetas Agroecológicas colocam em evidência a articulação do trabalho e da renda, dando ênfase às formas de quantificação e qualificação, que destoam “do modelo presente na economia *mainstream* - em um ambiente de conflitos latentes, promovendo possibilidades de construção social em torno dessa articulação” (ANSCHAU; GONÇALVES, 2018, s/p).

Outra estratégia identificada foram os sistemas de produção agroecológicos (TELLES, 2018). A agroecologia é visualizada como uma nova forma de pensar a produção e um novo modelo de desenvolvimento do campo pautado no respeito pela natureza e pelas pessoas, através do fortalecimento comunitário e da valorização do saber popular. Neste contexto, fomentam-se

as relações de gênero baseadas na redistribuição de poder e desconstrução das hierarquias sociais, pois, como diz o lema: “Sem Feminismo, não há Agroecologia”. Portanto, acredita-se que a agroecologia tenha condições de fortalecer a luta das mulheres pelo fim da desigualdade e violência de gênero (SERRANO, 2015). Nesta mesma direção, Silva *et al.* (2018) ressaltam que os espaços fomentados pela agroecologia, quando integram às suas ações uma discussão de gênero, possibilitam o reconhecimento do trabalho dessas mulheres, na medida em que elas se tornam protagonistas ou compartilham a gestão agroecológica e a comercialização das feiras.

Observa-se que um novo discurso se instaura ao problematizar a visão tradicional, baseada na perspectiva subalternizada de que o trabalho das mulheres rurais é visto como “ajuda” ao seu marido. Portanto, ao assumir uma postura feminista articulada, a agroecologia visibiliza um novo lugar a ser ocupado pela mulher rural trazendo uma conotação econômica, social e política para o seu trabalho e um novo lugar social ao assumir novas responsabilidades e redefinições de papéis, ainda que parcialmente (SILVA *et al.*, 2018).

A presença das mulheres nos movimentos agroecológicos tem sido cada vez mais notada e sua participação política nestas ações coletivas tem apresentado avanços importantes, tais como o reconhecimento de sua participação na construção das experiências de base e na abertura de alguns espaços nos níveis de direção de entidades. Enfim, sua ação vem evidenciar “que é possível resistir, denunciar, organizar-se, construindo-se como sujeitos políticos que, a partir de suas múltiplas identidades, não se conformam com o destino ‘injusto e amargo’ reservado a elas no patriarcado” (SILIPRANDI, 2015, p. 338).

As relações de interdependência e de reciprocidade também emergiram como maneiras de construção da autonomia para mulheres agricultoras. Tal elemento pode ser verificado, por exemplo, no compartilhamento de espaços na comunidade para a produção de hortas coletivas voltadas ao autoconsumo das famílias, bem como estratégias de acesso a mercados através da organização coletiva das mulheres, por meio de coletivos, cooperativas e associações. Neste contexto, ao adotarem relações baseadas na solidariedade, é possível construir um ciclo virtuoso pautado no apoio mútuo, na reciprocidade e na confiança (TELLES, 2018). Isto, por sua vez, como ressalta a referida autora, permite:

uma maior autossuficiência das agricultoras e da comunidade no acesso a recursos, serviços, informações, sementes etc., aos quais não teriam acesso de outra maneira. Mais uma vez, as relações de interdependência e os princípios de integração econômica se expressam concretamente, contribuindo para a construção de maior autonomia pelas agricultoras (TELLES, 2018, p. 121).

Silva *et al.* (2018) destacaram que, com a produção de alimentos pelas famílias ligadas à agricultura familiar, estes são destinados ao autoconsumo da família e os excedentes podem ser comercializados em mercados e feiras agroecológicas locais. Neste caso, a participação ativa das mulheres em grupos e organizações coletivas pode contribuir para sua autonomia econômica, uma vez que o recurso financeiro advindo da realização de feiras, por exemplo, pode possibilitar que elas não dependam da renda do esposo.

Por sua vez, Cleps, Marques e Vasconcelos (2020, p.55) apontaram que a economia solidária pode ser uma forma organizativa importante para a valorização de estratégias econômicas impostas por mulheres rurais, funcionando como uma estratégia de resistência e sobrevivência ao sistema capitalista. Isto, uma vez que sua filosofia se baseia nas relações pautadas “no respeito, na igualdade, na solidariedade, na responsabilidade, na reciprocidade, na coletividade, no trabalho

humano e na cooperação”. Os autores ressaltaram também que esta tem se constituído como uma estratégia potente de valorização das mulheres em contexto de exclusão, discriminação e desemprego, pautando-se em decisões coletivas com a participação de homens e mulheres de forma equitativa, em que são integrados “o acesso à formação, além do compartilhamento de informações, experiências e saberes”.

Nesta mesma direção, Simon (2020, p. 3) destacou que a economia social e solidária reflete, através de seus fundamentos, acerca da importância das relações baseadas na solidariedade em oposição ao individualismo utilitário dominante no sistema atual centrado no mercado. Além disso, evidenciou que a economia feminista também é potente ao trazer uma crítica ao comportamento androcêntrico, politizando o âmbito doméstico-familiar, dando visibilidade à mulher ao compreender “o trabalho feminino para além do aspecto puramente econômico, mas considerando as atividades de cuidado, afeto e reprodução e o impacto disto para a sociedade” (SIMON, 2020, p. 3).

Nesse sentido, a economia solidária, atrelada à igualdade de gênero, questiona o paradigma hegemônico, unidimensional, centrado no mercado, pautado nos binarismos e nas linhas divisórias da sociedade atual. O novo paradigma vislumbrado pelo autor foi designado como paraeconômico, que se aproxima da economia feminista e da economia social e solidária, pois ambas se pautam na necessidade de se incorporar às atividades não mercantis e não monetárias, bem como evidenciam a importância da valorização do papel das mulheres nessa reconfiguração paradigmática que, por conseguinte, contribuem para a eliminação do viés androcêntrico vigente. Esse novo paradigma contempla uma visão multicêntrica da sociedade, que integra aspectos sociais, ecológicos e políticos, não negando a importância da dimensão econômica, porém não moldada por ela (SIMON, 2020). Assim, através “da articulação dos princípios de integração econômica e da manutenção de uma diversidade de fontes” (TELLES, 2018, p.125) impetradas nos grupos e organizações coletivas, as mulheres agricultoras se tornam capazes de construir condições materiais para a promoção de sua autonomia em sua vida cotidiana, seja através do acesso às sementes crioulas, mudas de plantas nativas e raças de animais de que precisam, bem como através da ampliação de suas possibilidades de acesso ao mercado para a venda de seus produtos (TELLES, 2018).

Uma alternativa evidenciada na literatura se refere à inserção das mulheres rurais em atividades não agrícolas, diante da desvalorização do trabalho feminino, no contexto das atividades agrícolas tradicionais. Conforme Spanevello *et al.* (2018), as atividades não agrícolas têm se constituído como possibilidade para geração de renda para a população campestre, especialmente para famílias pertencentes à agricultura familiar.

Neste contexto, as famílias têm sido atraídas a participarem de distintos postos de trabalho, além das atividades agrícolas, tais como, atividades ligadas ao turismo rural, agroindustrialização, comércio e prestação de serviços. A decisão para o desenvolvimento de atividades vinculadas ou não à agricultura familiar está associada “ao tamanho da propriedade, a capacidade de gerar renda, a valorização da agricultura, a penosidade do trabalho agrícola, o ‘saber-fazer’ dos membros da família” (SPANEVERELLO *et al.*, 2018, p.251). Além disso, pode influenciar nesta decisão, a proximidade da propriedade em relação aos centros urbanos, bem como a questão da permanência dos jovens no meio rural, sendo necessário atentar-se às perspectivas dos filhos em permanecer no campo (SPANEVERELLO *et al.*, 2019).

De acordo com os referidos autores, especificamente para as mulheres rurais, as atividades não agrícolas podem ser fontes econômicas alternativas, propiciando, mesmo que de forma

parcial, sua independência financeira. Além disso, tais atividades podem resultar em melhorias no âmbito sociocultural, uma vez que permitem a ampliação de seu convívio social, reverberando positivamente em sua qualidade de vida. Deste modo, as atividades não agrícolas no contexto da agricultura familiar podem atuar de forma a favorecer o processo de autonomização das mulheres rurais, considerando suas vantagens monetárias e não monetárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa bibliográfica, foi possível observar que as mulheres rurais participam ativamente das atividades produtivas e são geradoras de renda na propriedade familiar. Sendo assim, são agentes importantes para subsidiar a manutenção financeira da família, sendo também as principais responsáveis pela realização dos trabalhos domésticos e de *care*, atividades que possibilitam a manutenção da vida e do bem-estar de suas famílias.

Entretanto, ainda se faz presente a desigualdade de gênero nas atividades produtivas e reprodutivas, sobrecarregando as mulheres rurais com atividades domésticas, de *care* e produtivas. Ao assumirem múltiplas funções, as mulheres acabam por priorizar o cuidado com os outros em detrimento de seu próprio cuidado, o que diminui suas possibilidades de ascensão social e oportunidades diversas, comprometendo seu protagonismo na economia familiar, sua participação nas tomadas de decisão sobre o uso dos recursos, além de restringir seus direitos sociais, forçando-as a mudarem de perspectiva em relação às suas escolhas pessoais e profissionais.

Conclui-se que as limitações impostas às mulheres em razão da manutenção das hierarquias de gênero no contexto familiar precisam ser problematizadas, como tem sido desenvolvido pela economia feminista, a fim de que o segmento feminino possa ocupar novos lugares na família e na sociedade, de forma que as mulheres possam ser consideradas como sujeitos políticos, capazes de atuar como protagonistas de suas próprias histórias. Nesse sentido, vislumbra-se a necessidade de pensar o cuidado despendido com tarefas domésticas, pessoas, natureza e animais como trabalho a ser compartilhado entre homens e mulheres, envolvendo, portanto, todos os membros da unidade familiar. Isto só é possível quando se pensa a família como uma construção social e uma instância política, sendo primordial desnaturalizar as relações de gênero, problematizando as opressões e subordinações cotidianas presentes neste contexto em interface com outras instâncias sociais.

Para tanto, têm sido examinadas algumas estratégias que buscam valorizar a produção econômica das mulheres rurais na agricultura familiar, tais como: produções agroecológicas, organizações coletivas formadas por mulheres, atividades no âmbito da economia solidária, além de ações desenvolvidas em atividades não agrícolas. Considera-se que tais estratégias, além de proporcionarem fontes de renda para a autonomia das mulheres, ampliam sua integração social e colaboram para a melhoria de sua qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, A. A.; PEDRO, A. F. P. **Ecofeminismo: mulheres buscam igualdade e equilíbrio**. Portal Ambiente Legal, 2021. Disponível em: <https://www.ambientelegal.com.br/ecofeminismo/>. Acesso em: 06 nov. 2021.

ANSCHAU, A.; GONÇALVES, M. V. Cadernetas Agroecológicas: relações de trabalho, cultura e gênero no movimento agroecológico. In: **VI Conference of BRICS Initiative of Critical Agrarian Studies**. 2018.

Disponível em: <https://conferencias.unb.br/index.php/bicas/bicas/paper/view/12868>. Acesso em: 05 nov. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3.ed. Lisboa: Edições 70, 2004. 223 p.

BIROLI, F. Justiça e família. In: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Feminismo e política: uma introdução**. Local: São Paulo, Boitempo Editorial, 2014.

CARDOSO, F. C. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, Leonardo André (Org.). **O campesinato na história**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj, 2002.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CLEPS, G. D. G.; MARQUES, L. A.; VAN HERK VASCONCELOS, A. C. Reflexões sobre o papel das mulheres na economia solidária. **Revista Em Extensão**, 2020, p. 53-63. Disponível em: <https://encurtador.com.br/fDSW7>. Acesso em: 04 nov. 2021.

COTULA, L. **Género y legislación: los derechos de la mujer en la agricultura**. Local: Roma, FAO Estúdio Legislativo 76, versão revisada, 2007.

CURTIN, D. "Toward an ecological ethic of care". *Hypatia*, **Hoboken**, 1991, v. 6, n. 1, p. 60-74. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/381003>. Acesso em: 07 nov. 2021.

FERNANDEZ, B. P. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. **Brazilian Journal of Political Economy**, 2018, v. 38, p. 559-583. Disponível em: <https://encurtador.com.br/iKLRZ>. Acesso em: 04 nov. 2021.

HERRERA, K. M. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Política & Sociedade**, 2016, v. 15, p. 208-233-208-233. Disponível em: <https://shre.ink/QAHA>. Acesso em: 07 nov. 2021.

HIRATA, H. Teorias e Práticas do Care: Estado Sucinto da Arte, Dados de Pesquisa e Pontos de Debate. In: FARIA, N.; MORENO, R. (Org.). **Cuidado, Trabalho e Autonomia das Mulheres**. São Paulo: Editora Sempreviva, 2010, p. 42-56. Disponível em: <https://encurtador.com.br/myIM3>. Acesso em: 07 nov. 2021.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, 2007, v. 37, n. 132, p. 595-609. Disponível em: <https://encurtador.com.br/iNYZ8>. Acesso em: 04 nov. 2021.

MAYORGA, C.; PINTO, G. P. Juventudes: a pluralização da experiência ou a invisibilidade das relações de poder. In: MENEZES, J. A., COSTA, M. R., ARAÚJO, T. C. S. (Org.). **JUBRA: territórios interculturais de juventude**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2013, p. 101-114.

MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra**. São Paulo: Hucitec, 1978.

OKIN, Susan M. Justice, gender and the family. In: ENGSTER, D. METZ, T. (Orgs.). **Justice, politics, and the family**. New York: Routledge, 2016.

OLIVEIRA, J. F.; FINELLI, L. A. C. Qualidade de vida de mães com filhos atendidos na APAE de Montes Claros/ MG. **Revista Bionorte**, 2014, p. 30-38. Disponível em: http://www.revistabionorte.com.br/arquivos_up/artigos/a78.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

OLIVEIRA, M. R.; VILAÇA, A.; CORREIO, L. M. M. Agricultura familiar: Reflexões sobre gênero. **Revista de Administração de Roraima-RARR**, 2020, v. 9, n. 1, p. 52-76. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/adminrr/article/view/5321/pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.

OROZCO, A. P. Perspectivas feministas en torno a la economía: el caso de los cuidados. **Consejo Económico y Social**, 2006. Disponível em: <https://shre.ink/QAH7>. Acesso em: 11 nov. 2021.

PERROT, M. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PULEO, A. H. Anjos do ecossistema? In FARIA, N.; MORERNO, R. (Orgs). **Análises feministas**: outro olhar sobre a economia e a ecologia. São Paulo: SOF, 2012. p. 29-50.

PULEO, A. H. Libertad, igualdad, sostenibilidad. Por un ecofeminismo ilustrado. **Isegoría**, 2008, n. 38, p. 39-59. Disponível em: <https://encurtador.com.br/mJKR9>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paulista de enfermagem**, 2007, v. 20, n. 2, p. v-vi. Disponível em: <https://encurtador.com.br/asvJT>. Acesso em: 04 nov. 2021.

SERRANO, J. S. Mulheres da Borborema: construindo a igualdade de gênero e a agroecologia. In: HORTA, Karla; REZENDE, Marcela; MACEDO, Gustavo (Orgs.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Prêmio Margarida Alves. 4ª ed. Mulheres e agroecologia. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2015, p.45-64.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015, 352p.

SILVA, D. F.; DE LORETO, M. D. S; BIFANO, A. C. S. Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. **Cadernos de direito**, 2017, v. 17, n. 32, p. 409-438. Disponível em: <https://encurtador.com.br/cowJX>. Acesso em: 07 nov. 2021.

SILVA, T. B. Q. *et al.* Cuidadores domiciliares de pessoas com deficiência intelectual no contexto rural e seus desafios. **Cogitare Enfermagem**, 2021, v. 26. Disponível em: <https://encurtador.com.br/jpqNY>. Acesso em: 16 abr. 2021.

SILVA, M. *et al.* Importância das feiras agroecológicas para as mulheres e para a construção da agroecologia. **Cadernos de Agroecologia. Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF**, 2018, v. 13, n° 1, jul. Disponível em: <https://encurtador.com.br/AW135>. Acesso em: 16 abr. 2021.

SIMON, V. P. Economia feminista, economia social e solidária, paradigma paraeconômico: repensando o paradigma hegemônico e a importância das mulheres. **Textos de Economia**, 2020, v. 23, n. 1, p. 1-29. Disponível em: <https://encurtador.com.br/hnR69>. Acesso em: 16 abr. 2021.

SPANVELLO, R. M. *et al.* Mulheres Rurais e Atividades não Agrícolas no Âmbito da Agricultura Familiar. **Desenvolvimento em Questão**, 2019, v. 17, n. 48, p. 250-265. Disponível em: <https://encurtador.com.br/klpI2>. Acesso em: 04 nov. 2021.

TEDESCHI, L. A. A poderosa “Mão Invisível” da vida cotidiana: Reflexões sobre gênero e trabalho na história das mulheres camponesas. **Revista História & Perspectivas**, 2013, v. 26, n. 49, p. 439-457. Disponível em: <https://shre.ink/QAHK>. Acesso em: 07 nov. 2021.

TELLES, L. **Desvelando a economia invisível das agricultoras agroecológicas**: a experiência das mulheres de Barra do Turvo, SP, 2018, 186f. Dissertação (mestrado em Extensão Rural) - Departamento de Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2018.

WEITZMAN; R. BUTTO, A. Ementa - GT 5 - Novas teorias, práticas e resistências das mulheres do campo, das florestas e das águas frente às transformações dos sistemas agroalimentares, **9º Encontro da Rede de Estudos Rurais**, 04 a 08 de outubro de 2021. Disponível em: <https://redesrurais.org.br/9encontro/gts>. Acesso: 19 out. 2021.

ZANELLO, V. **Saúde Mental, gênero e dispositivos: Cultura e Processos de Subjetivação**. 1ª ed. Paraná: Appris, 2018.

ZUZARTE, Luciana de Carvalho. **Como está envelhecendo a mulher cuidadora de idosos?** Portal do Envelhecimento e Longevidade. São Paulo. 2019. Disponível em: <https://shre.ink/QAHm>. Acesso em: 06 nov. 2021.